



## **A Terra que Deus nos confiou: Bem Comum e Doutrina Social da Igreja**

Élio Estanislau Gasda\*

### Resumo:

O texto aborda o bem comum na visão da Doutrina Social da Igreja. Está organizado em três partes: Apresentação do estado da questão, situando o tema no contexto do capitalismo global neoliberal. A abordagem do bem comum na perspectiva da Doutrina social será feita a partir da Tradição da Igreja (Santo Agostinho e Tomás de Aquino) até chegar ao pensamento contemporâneo através do Magistério Pontifício. Em seguida se discorre sobre as duas fontes do bem comum: dignidade da pessoa humana e destino universal dos bens da criação. A análise das dimensões do bem comum: política, universal, transgeracional e opção preferencial pelos pobres ocupa a terceira parte do texto.

Palavras-chave: Bem comum, Doutrina Social da Igreja, capitalismo neoliberal.

### **Introdução**

Quando o “mal está cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor” (EG, 59), ainda tem sentido falar de bem comum? Governos e instituições estão a serviço de quem? Refletir sobre o bem comum é tarefa inadiável nestes tempos em que a busca pelo poder e pelo lucro domina as relações entre as pessoas e os povos.

A DSI está em sintonia com o maior desafio da história contemporânea. A Igreja oferece sua crítica à economia capitalista que se consolida a partir da revolução industrial. A economia de mercado é anterior ao capitalismo. Quando o comerciante usa a sua riqueza em vista do bem comum, sua atividade além de ser legítima, era também virtuosa. Com o capitalismo a modernidade gerou uma inversão. A organização social foi inserida no mercado e a lógica do bem comum da sociedade e da política foi substituída pela lógica do lucro. A

---

\* Doutor em Teologia, pós-doutor em Filosofia Política, professor e pesquisador da FAJE



atividade produtiva foi direcionada ao único objetivo de maximizar o lucro a distribuir entre os investidores.

Para que serve a economia? Qual o objetivo da Política? Que *fins* devem orientar um sistema econômico e um regime político? Os mercados existem desde o final da Idade da Pedra como acessórios de um marco social controlado por instituições políticas ou religiosas. Hoje, o que são Mercados? Soma de interesses agregados do complexo financeiro-empresarial que exercem o poder de fato sobre governos e instituições internacionais. O mercado invadiu quase tudo. Tudo tem seu preço em uma *sociedade de mercado*. Tudo é movido a lucro. “Quem governa então? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência econômica, social, cultural e militar que gera sempre mais violência em uma espiral descendente que parece não acabar nunca” (PAPA FRANCISCO, 2014). Quando se maximiza um objetivo, outros são anulados. Como entender o bem comum neste contexto?

### **1. Bem comum no contexto da sociedade de mercado capitalista**

Até meados do século 19 o conceito de bem comum era central no discurso econômico. Paulatinamente outro conceito foi invadindo o terreno da economia e da política: Utilidade. O pensamento econômico mais apropriado será aquele que ajuda maximizar ganhos. A resposta está na revolução industrial. A revolução industrial irrompe na Inglaterra, país do liberalismo de Locke e Adam Smith.

A revolução industrial põe a urgência de aumentar o capital físico, as máquinas. Realizar uma rápida acumulação de capital para permitir que as empresas adquirissem novos maquinários. Era preciso tirar dinheiro de algum lugar de forma rápida: da força de trabalho. A encíclica *Rerum Novarum* descreve as terríveis condições de exploração impostas aos operários. Exploração cruel com redução de salários e de participação nos lucros da empresa. Na visão da busca da acumulação de riqueza e do princípio do utilitarismo isso é justificável. A economia deixou de ser uma atividade de subsistência para tornar-se uma atividade que busca o lucro.

O *capitalismo* é um modelo de civilização, não apenas um sistema econômico. Como todo sistema, seus elementos interagem entre si e são constantemente renovados. O capitalismo como sistema social baseia-se na propriedade privada dos meios de produção e de



troca. Caracteriza-se pela busca do lucro, pela livre iniciativa e pela concorrência entre indivíduos e empresas. *O Capitalismo integra a forma e o conteúdo da modernidade.* Falar do Bem Comum supõe uma compreensão crítica do sistema capitalista.

“O triunfo global do capitalismo é o triunfo de uma sociedade que acreditou que o progresso econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, de comprar tudo mais barato no mercado e vender mais caro” (HOBSBAWM, 2009, p. 19). As mudanças históricas não significaram nenhuma ruptura daquele sistema que sucedeu a cristandade feudal. A civilização tornou-se refém. Quem comanda a sociedade é o complexo financeiro-empresarial-midiático. Sua ideologia é acumulação de riqueza. Originalmente, o capital era um dos fatores de produção utilizados a serviço do trabalho em vista do aumento da produtividade. É constituído pela soma de bens, monetários e não monetários, possuídos pelo capitalista com finalidade gerar mais capital. Todo o patrimônio (propriedades, dinheiro, ações, bônus) constitui o capital/riqueza, ou, em uma palavra, propriedade (PIKETTY, 2014). Conquistar, defender e aumentar o capital (propriedade) torna-se o sentido da existência do indivíduo, eclipsando outros fins sociais e econômicos. A maximização de capital torna-se a medida da economia e da sociedade.

A sociedade foi empurrada para dentro do novo sistema de relações regulada *pela racionalidade do capitalismo*. Estamos em uma forma de economia capitalista controlada por rentistas, especuladores, banqueiros e instituições financeiras. Junto com o mercado surgiu uma nova ordem, uma lógica e uma estrutura de poder. O econômico, o político e o cultural se sobrepõem e se invertem reciprocamente. Operam em todos os registros e governa a vida. As instituições estão organizadas em função dos interesses do mercado. Há uma corrosão da dimensão pública porque a ordem social e econômica em vigor é determinada pelas forças do mercado. O capital financeiro tem o poder de governos e governos poderosos apoiam o grande capital.

O capitalismo é um sistema dinâmico orientado para o crescimento econômico. A ideia de “destruição produtiva”, motor que o sustenta, sofreu uma mudança. Atualmente, o sistema avança por meio de uma “produção destrutiva”. A articulação do capital financeiro com os países mais poderosos ameaça o futuro da humanidade pelo nível de concentração de riqueza e de exploração da natureza. Destrói vidas, florestas, rios, empregos, comunidades, famílias. Também a ecologia foi absorvida pela economia.



A crise é sócio-político-ambiental. As consequências geradas pela lógica do lucro são identificadas na vida dos pobres e na devastação da natureza. Não há futuro nesta economia. “Quando o capital se torna um ídolo e dirige as opções dos seres humanos, quando a avidez do dinheiro domina todo o sistema socioeconômico, arruína a sociedade, condena o homem, transforma-o em escravo, destrói a fraternidade inter-humana, faz lutar povo contra povo e põe em risco nossa casa comum” (PAPA FRANCISCO, 2016). Contudo, a sociedade continua acreditando que o capitalismo é sustentável. A maximização da riqueza torna-se a medida da economia e da sociedade, eclipsando outros fins sociais e econômicos. Uma riqueza canalizada para os ricos a um ritmo alarmante. “Instaurou-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras. A ambição do poder e do ter não conhece limites. Os interesses do mercado divinizado são transformados em regra absoluta” (EG, 54).

## **2. Neoliberalismo ou bem comum**

O neoliberalismo é o conceito que nomeia a etapa atual. Pensadores neoliberais ajudaram a configurar a sociedade como um grande mercado composto de indivíduos identificados como consumidores que calculam lucros e prejuízos em tudo o que fazem. A concorrência é o método de organização social.

O neoliberalismo foi construído em oposição ao estado de bem-estar. Baseado na radicalização do *laissez-faire* e na ideia de que há apenas indivíduos e não uma sociedade, na negação do conceito de interesse público. O bem comum faria sentido se houvesse de fato uma sociedade. A ideia de *ordem natural* opõe-se à teoria de *engenharia social*. A ordem social e econômica que deve vigorar é determinada pelas forças do mercado. Qualquer Estado mais extenso seria imoral porque viola as liberdades. O neoliberalismo não elimina o Estado, faz algo ainda pior, pois muda sua agenda. O Estado e o capital são aliados. Governos neoliberais têm como propósito ajustar a economia para consolidar mercado em todo o mundo. Este é o cenário: todos os lucros e nenhuma responsabilidade. A redução da política à força do dinheiro torna os governos imunes à participação da sociedade civil. Os ricos têm acesso privilegiado ao poder. Há uma corrosão da dimensão pública. O capitalismo retrocedeu para sua forma mais parasitária simbolizada na figura do especulador rentista amparado pelo Estado.



O capitalismo é, por essência e necessariamente, desigual. “A desigualdade de riqueza e de renda é uma característica essencial da economia de mercado”, “sua eliminação a destruiria completamente”. Individualismo em estado puro. Dois teóricos, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek influenciaram as políticas neoliberais. Para o primeiro, “um homem é livre na medida em que lhe seja permitido escolher os seus fins e os meios a empregar para atingi-los” (MISES, 1949, p. 339). Na economia de mercado, ele é livre no sentido de que o governo não o obriga a renunciar à sua autonomia. Logo, não há lugar para políticas de redistribuição de riqueza. O neoliberalismo rejeita a ideia de bem comum por defender que não existe uma fundamentação teleológica da ética, da justiça e do Bem. É inútil considerar as legítimas tarefas de governo a partir de algum padrão de valores imutáveis preestabelecidos (MISES, 1949, p. 820). Princípios morais do cristianismo seriam desastrosos (MISES, 1949, p.825).

Friedrich August von Hayek (1899-1992) defende que políticas sociais fundadas na justiça social são incompatíveis com o Estado de Direito. Não existe sequer um código de ética fundado no princípio do bem comum que possa obrigar a sociedade a buscar a justiça. As questões sociais pertencem ao campo da moral individual. Não há problema moral algum que a riqueza esteja sendo canalizada para os ricos a um ritmo alarmante. O sistema trabalha para eles. Por um lado, oito homens possuem a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas que compõem o extrato mais pobre da humanidade (OXFAM, 2017). Por outro, quase 1 bilhão de seres humanos passam fome em um mundo capaz de alimentar mais 12 bilhões de pessoas (FAO, 2015). O sistema alcançou o auge da radicalização do princípio de acumulação e da desigualdade social.

### **3. Doutrina social da Igreja e bem comum**

Para a Igreja, ainda tem sentido falar de bem comum. Refletir sobre o *bem comum* é tarefa inadiável nestes tempos em que a busca pelo poder e pelo lucro domina as relações entre as pessoas e os povos. O Simpósio da FAJE resgata um conceito milenar do pensamento ocidental. “A noção de bem comum desempenha um papel central e unificador na ética social” (LS, 156). Como exorta Papa Francisco: “A dignidade de cada pessoa humana e o *bem comum* são questões que devem estruturar toda política econômica” (EG, 203).

### **Santo Agostinho**



Agostinho possui um vocabulário amplo. A expressão bem comum é empregada para traduzir múltiplas expressões, como *res publica* ou *salus reipublicae*, *res communis universi populi suae civitatis*, *utilitatis communione* e *concordi communione* com base em textos que tratam de problemáticas de tipo político. Pensando na possibilidade da existência de um povo como república, Agostinho perscruta o pensamento de Cícero, para quem um povo não é um conjunto de seres humanos reunidos de qualquer forma, mas uma grande assembleia de pessoas associadas em comum acordo no que diz respeito à justiça e à parceria para o bem comum.

Com a proposição de uma teologia da caridade, Santo Agostinho supera a proposição de Cícero. A *caritas* define e ultrapassa a compreensão ciceroniana do bem comum. A *caritas* convida a se fixar sobre o que é imutável não transitório, sobre o universal mais que sobre o particular, pois ela qualifica de modo eminente a *civitas eterna*, superior à *civitas terrena*.

Agostinho oferece dois enfoques sobre o bem comum: um direcionado para a cidade terrena e outro para a cidade eterna, o “Sumo Bem comum” (VICINI, 2011, 74-78). Essa intuição é bastante pertinente se considerarmos que o bem comum é o recurso moral capaz de combinar duas tensões: de um lado, a possibilidade de viver a radicalidade do mandamento do amor na sociedade, sem esquecer que a radicalidade depende da experiência de Deus como Amor gratuito; de outro lado, a capacidade de interagir em termos de igualdade, de reciprocidade e de colaboração na sociedade civil, visando o bem comum.

Para Agostinho, a amizade civil fundamenta as relações entre os cidadãos em uma comunidade política. Tal amizade (*caritas ágape*) é a base para promover o bem comum. Ainda que a organização da cidade terrena não seja capaz de promover a comunhão total com Deus, própria da Cidade de Deus, ela pode proporcionar a vida em comum dos cidadãos através de um bem do qual todos se beneficiem.

A relação entre o Sumo Bem e o bem comum se entrelaçam de tal modo que a persecução do segundo colabora na compreensão mais profunda do primeiro e a compreensão teológica do primeiro impulsiona a busca do segundo na história. O bem comum pode ser encontrado em seu sentido absoluto na cidade celeste. Em sentido relativo ele plasma a cidade terrena através de estruturas sociais que garantem os bens para viver humanamente (saúde, alimento, moradia, segurança, educação, trabalho, cultura, a religião). A paz social é alcançada quando os bens comuns são garantidos. O bem comum da cidade terrestre é prefigura e reflexo do Sumo Bem ou o bem comum da cidade celeste.



### **Santo Tomás de Aquino**

O termo *bem* é polissêmico e predicável de muitas maneiras (VICINI, 2011, 80-100). Podemos considerar pelo menos três maneiras de tratamento do bem comum:

Primeiro, o *bem predicavelmente comum*, predicável a toda pessoa (natureza humana é comum a todos); segundo, o *bem causalmente comum*, que é partilhado por todos e pertence a toda pessoa (paz social ou a vitória na guerra); terceiro, os *bens comuns de utilidade*, ligados à justiça distributiva (água, medicina, trabalho).

Esses modos de compreensão do bem comum encontram-se unidos na sociedade. A felicidade (*bem predicavelmente comum*) desejada por todos, é obtida como elemento da organização social (*bem causalmente comum*) que, por sua vez, é sustentada por uma justa partilha dos *bens de utilidade*.

Da compreensão da pessoa humana como ser de relação depende a ideia de bem comum. Tomás de Aquino compreende o homem como ser que tende naturalmente para a vida em sociedade e está ordenado ao bem. O bem comum possui duas dimensões: *uma transcendente ou sobrenatural e outra imanente ou natural*. A primeira diz respeito a Deus, o Sumo Bem. A segunda refere-se às relações sociais, à justiça e à vida virtuosa.

Bem comum transcendente: o Sumo Bem. A visão beatífica de Deus é o bem comum último da vida humana. “Deus é o Sumo Bem e todos tendem a Deus por natureza”. A bondade divina é o verdadeiro bem comum. Por ela tudo quanto existe é alimentado, sustentado e mantido; alcança toda a criação. O termo *bem* pode ser aplicado somente de modo analógico a todas as coisas, porquanto elas tendem à perfeição ou são parte do nosso tender à perfeição: para cada coisa, o bem é sua ação e perfeição. Dentre todos os entes, o ser humano se inclina para o Sumo Bem de modo particular, pois foi criado à imagem e semelhança dele. A finalidade última da vida humana é contemplar a Verdade. A Verdade é Deus. De Deus depende o bem de todas as coisas.

Bem comum imanente: relações sociais, justiça, virtude. O bem comum imanente, quando alcançado na vida em comunidade é o bem mais elevado. E condição para alcançar o bem individual. A sociedade é uma *relação*. O bem de todos é de cada um. O ser humano descobre que seu próprio bem está vinculado ao bem dos concidadãos. Sem ter sua individualidade absorvida pela vida em comum, o sujeito descobre que ao promover a sociedade, realiza-se a si mesmo, pois é por natureza um ser social. A comunidade não constitui uma entidade separada em relação às pessoas; nem é soma dos indivíduos. Cabe à



autoridade política legitimamente constituída conduzir o povo na direção do bem comum, sem se descuidar do bem particular de cada cidadão. A autoridade tem a finalidade de promover o bem comum. O bem comum é a finalidade última da organização político-social, a fim de que todos os cidadãos dele possam desfrutar.

#### Bem comum e justiça social

Para a consecução desse propósito, a justiça é imprescindível. O bem comum emerge dentro do tratado sobre a justiça de Tomás de Aquino. Existem duas modalidades de justiça: particular, geral. *A justiça geral tem como objeto o bem comum.* Chamada justiça legal segundo a tradição, pois é pela lei que se realiza o bem comum. A justiça é uma virtude superior que ordena e dirige todas as virtudes ao bem comum. Essa justiça é compreendida como justiça social. A lei estabelece como devidas aquelas ações para que a comunidade alcance o bem comum.

A paz é parte integrante do bem comum porque é fruto da justiça. Justiça e paz exprimem o bem comum da cidade. A justiça é a causa e o sustento do bem comum. A justiça particular regula as relações interpessoais. Determina os direitos dos particulares e organiza as relações sociais considerando as individualidades. Os bens particulares de cada indivíduo são formas de contribuir para o bem comum. Quem possui bens, não os possui para acumular, mas para socorrer os necessitados. Tomás relaciona a vida virtuosa com o bem comum. A vida virtuosa é a não oposição da pessoa ao bem comum; é o empenho pessoal orientado pela justiça que busca o bem comum.

#### 4. Magistério e Bem Comum

A noção de bem comum desempenha um papel central e unificador na ética social (LS, 156).

O ponto de partida do Bem Comum é a dignidade da pessoa humana: “A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda política econômica” (EG, n.203). A ideia-guia da DSI em âmbito socioeconômico é o bem comum. Diversas encíclicas sociais oferecem definições semelhantes, por exemplo: Compreende o conjunto das condições sociais que permitem e favorecem nos homens o desenvolvimento integral da personalidade (MM, 65).

Conjunto das condições da vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição (GS, 74).





*Caritas in veritate* é um princípio em torno do qual gira a doutrina social da Igreja. Princípio que ganha forma operativa em critérios orientadores da ação moral. Destes, vale lembrar dois em particular, requeridos especialmente pelo compromisso em prol do desenvolvimento numa sociedade em vias de globalização: a justiça e o bem comum (CV, 06)

O bem comum tem duas fontes: dignidade da pessoa humana e destino universal dos bens.

O bem comum é o bem da pessoa humana imagem viva de Deus. A verdade de que os seres humanos são criados à imagem de Deus está no coração do cristianismo. No ser humano começa a vida social e nele encontra sua razão de ser. “A natureza social dos seres humanos, refletindo a comunidade da Trindade, aponta para o bem comum como princípio fundamental da política e da economia” (CDSI, 164). Nossa identidade pessoal como orientação para o outro se fundamenta na Trindade.

Somos seres sociais membros de uma mesma família. Esta interdependência entre indivíduo e comunidade, leva consigo o empenho por procurar o *bem comum* (GS, 27). Nesta perspectiva ninguém pode ser excluído ou discriminado do acesso aos bens socioeconômicos. O bem comum é uma categoria eminentemente inclusiva. O personalismo supera a tendência de identificar o bem comum com mero bem-estar econômico-social.

O bem comum não considera a pessoa tomada em sua singularidade, mas enquanto ser de relação. O bem da própria relação entre pessoas é o bem da vida em comum. Não se dá o bem da parte sem o bem do todo no qual a parte está inserida. Nenhum grupo social, indivíduo, organização civil ou religiosa pode desentender-se do bem comum. Desenvolvem-se bens comuns entre as pessoas quando elas atuam juntos em direção a uma finalidade partilhada.

A lógica do bem comum não permite sacrificar o bem de qualquer um para melhorar o bem de algum outro, pela razão de que todos são portadores de direitos humanos fundamentais. Na lógica do mercado o indivíduo é identificado pela sua utilidade para o capital. Seres humanos podem ser descartados quando identificados como inúteis ao mercado. Não é possível enfrentar uma crise econômica, fazer ajuste fiscal ou aumentar o PIB à custa do aumento da desigualdade social, do desemprego e da eliminação de direitos humanos e



sociais. O bem comum consiste, em primeiro lugar, na defesa e promoção dos direitos humanos. “O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral” (LS, 157). Fazem parte do patrimônio comum os bens públicos a serviço da vida, como o alimento, a energia, a educação, as comunicações, o conhecimento dos povos, da ciência, das culturas e das artes.

João XXIII apontava que a realização do bem comum constitui a razão de ser dos poderes públicos (PT, 54). O Estado é o primeiro responsável de garantir a coesão da sociedade em torno dos fins éticos comuns. O bem comum não se reduz a políticas de distribuição de renda. Ela exige o reconhecimento de pessoas e grupos discriminados em sua dignidade. Exige reconhecer o outro como pessoa e como membro da comunidade. Ela suprime toda sorte de privilégios, no sentido de uma desigualdade de direitos. As instituições públicas devem adaptar o conjunto da sociedade às e suas regras e exigências.

Segunda fonte: destino universal dos bens da criação: “Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade” (GS, 69). A terra pertence a todos. O meio ambiente, o ar, a água, a biodiversidade são bens da criação. O alcance do bem comum é, simultaneamente, o reconhecimento do outro como imagem e semelhança divina e o acesso ao destino universal dos bens. O desejo humano de criar uma ordem justa converge com a vontade divina de salvar a humanidade. Deus se revela a todos e não apenas a um grupo privilegiado.

João XXIII identificava esta dimensão universal do bem comum: “Como o bem comum de cada comunidade política assim também o bem comum universal não pode ser determinado senão tendo em conta a pessoa humana” (PT, 138). O bem comum da sociedade não é um fim isolado em si mesmo; ele tem valor somente em referência à obtenção dos fins últimos da pessoa e ao bem comum universal de toda a criação. O bem comum de uma nação é inseparável do bem comum universal. “Os poderes públicos não estão constituídos para encerrar seus cidadãos dentro das fronteiras nacionais, mas para tutelar, antes de tudo, o bem comum nacional. Ora, este faz parte integrante do bem comum de toda a família humana” (PT, 98).



Casa comum - bem comum. O Bem Comum se opõe à lógica da acumulação, da devastação ambiental. “A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum” (LS 156). O bem comum é um fio condutor da *Laudato si*. Excetuando-se duas vezes em que o termo aparece em subtítulos (Cf. LS 23 e 156), é citado 26 vezes no texto. Não apenas o Estado, mas toda a sociedade deve empenhar-se em sua promoção (LS 157). A grandeza de um sistema político está na sua aplicação (LS 178). O interesse pessoal ou de grupos particulares não pode inviabilizar sua concretização (LS 188). O mundo compreendido como dom da Criação e o cuidado deste dom, na busca de uma ecologia integral, podem inspirar os que buscam modelos de desenvolvimento sustentável. A biosfera, assim como seus recursos naturais: ar, água, fauna, flora, micro-organismos que mantêm o equilíbrio do clima e a vida do Planeta. O bem comum é transgeracional. “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão crescendo?” (LS, 160). Esta pergunta ocupa o centro da *Laudato si*. Toda a criação é destinada à humanidade inteira: à que vive agora e à que ainda viverá. “A noção de bem comum engloba as gerações futuras” (LS, 159). É preciso criar condições de se adotar decisões favoráveis ao bem comum presente e futuro. (LS, 135). Não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional.

### **5. Política do Bem comum: os pobres como prioridade**

O Bem Comum exerce uma função articuladora entre as riquezas (economia) e a sua distribuição justa (política). Portanto, deveria ser uma meta para priorizar programas, decisões e políticas de quem vive em sociedade. O Bem Comum exige que todos participem equitativa e proporcionalmente nas riquezas da sociedade. A garantia de tal participação depende de uma dimensão normativa capaz de orientar os cidadãos e autoridades no estabelecimento das instituições e das regras da justiça.

Na economia, assim como na vida, cada um tem um objetivo que persegue. Este objetivo pode ser o bem comum ou acumulação ilimitada de riqueza – busca de enriquecimento sem limites (avareza). Fazer do dinheiro a razão da existência ou fazer do lucro um meio de praticar a solidariedade.

O Bem Comum situa “o grito da terra e o clamor dos pobres” (LS, 49) no centro da Política. É absolutamente imoral pretender superar uma crise econômica, fazer ajuste fiscal ou



umentar o PIB à custa do aumento da desigualdade social, do desemprego, eliminando direitos sociais e privatizando as riquezas naturais e o patrimônio público.

Essa economia mata (EG, 53). As consequências geradas pela lógica do lucro são identificadas na vida dos pobres e na devastação da natureza. A perspectiva teológica diante do esquecimento do bem comum é a perspectiva de Jesus (Mt 25,31-46). As periferias do mundo, os descartados e excluídos desmascaram a desumanidade de uma economia do capital. “Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres (...). Basta observar a realidade para compreender que esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum (LS, 158).

### **Conclusão**

O bem comum não é um número, é um conceito e uma maneira de compreender a realidade baseado no princípio de que cada pessoa tem seu valor e que a criação é um dom de Deus para toda a humanidade. A pessoa não é uma ferramenta a disposição do mercado. O bem comum não admite essa possibilidade. Não se pode sacrificar o bem de uma pessoa somente para melhorar o bem de algum outro. Toda pessoa é portadora de direitos humanos fundamentais. Na lógica da busca do bem individual da riqueza material aquela outra pessoa é *um qualquer*, um indivíduo identificado pela sua utilidade para o *meu bem*. Sendo comum, o bem comum não considera a pessoa tomada em sua singularidade, mas enquanto uma relação com outras pessoas. O bem comum é o bem da própria relação entre pessoas. O bem comum nos coloca na perspectiva do outro e não na lógica da acumulação. Ter lucro para que? Este lucro pode ser colocado a serviço das pessoas, da sociedade, dos pobres.

O bem comum não se reduz ao bem estar econômico. O bem comum se concretiza, em primeiro lugar, na defesa dos direitos fundamentais básicos. O compromisso pelo bem comum é uma forma de expressão da *caritas* (LS, 231). Práticas políticas e econômicas separadas da ética do Bem Comum contradizem inteiramente a visão cristã do mundo e todo pensamento crítico nela inspirado. O cristão jamais poderá apoiar modelos econômicos, sistemas políticos e projetos pessoais que se opõem ao bem comum. Opor-se ao Bem Comum é *pecado grave*. “Deus de amor...Iluminai os donos do poder e do dinheiro para que não caiam no pecado da



indiferença, amem o bem comum, promovam os fracos, e cuidem deste mundo que habitamos” (*Laudato si, Oração cristã com a criação*).

### Referências

BENTO XVI, Papa. *Carta Encíclica Caritas in veritate* (CV). Roma: Tipografia Vaticana, 2007.

CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et spes* (GS). Roma: Tipografia Vaticana, 1965.

FAO-Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Estado da segurança alimentar no mundo 2015*. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2017.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium* (EG). Roma: Tipografia Vaticana, 2013.

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Laudato si* (LS). Sobre o cuidado da casa comum, 2015. Roma: Tipografia Vaticana, 2015.

\_\_\_\_\_. *Discurso ao I Encontro Mundial de Movimentos Populares*. Vaticano, 2014.

\_\_\_\_\_. *Discurso ao III Encontro Mundial dos movimentos populares*. Vaticano, 2016.

HOBBSAWM, E. *A era do Capital* (1848-1875). São Paulo: Paz & Terra, 2009.

JOÃO XXIII, Papa. *Carta Encíclica Mater et Magistra* (MM). Roma. Tipografia Vaticana, 1961.

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Pacem in Terris* (PT). Roma. Tipografia Vaticana, 1963.

MISES, L. *Ação humana: um tratado de economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 1949.

OXFAM. *Resumo executivo: uma economia para os 99%*, 2017. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/.../files/economia\\_para\\_99-sumario\\_exe](https://www.oxfam.org.br/.../files/economia_para_99-sumario_exe)>. Acesso em: 13/04/2017.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compendio da Doutrina Social da Igreja* (CDSI). São Paulo: Paulinas, 2005.

VICINO, A. *Genética Humana e Bem Comum*. São Paulo: Loyola, 2011.